

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

## Índice

OMC reavaliará a Rodada Doha no primeiro trimestre de 2010 – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/12/2009 .....	3
Brasil luta porumacausa perdida – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia – 03/12/2009 .....	4
Emergentes avançam em corte tarifário enquanto Doha permanece paralisada - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/12/2009 .....	6
Brasil quer garantia contra "protecionismo verde" - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 10/12/2009 .....	7
Retaliação e compensação – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009 .....	9
Concluir Doha ajudará recuperação - Pascal Lamy – Valor Econômico – Opinião - 28/12/2009 .....	10

**OMC reavaliará a Rodada Doha no primeiro trimestre de 2010** – Luciana Coelho –  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/12/2009

Mas não há consenso sobre o nível e as condições em que a análise será feita

Os 153 países-membros da Organização Mundial do Comércio concordaram em reavaliar a Rodada Doha de liberalização comercial global no próximo trimestre, disse o diretor-geral da entidade, Pascal Lamy, em entrevista coletiva ao fim da reunião ministerial da OMC. Mas não há consenso ainda sobre o nível e as condições em que essa análise ocorrerá. A iniciativa é um pedido dos países do chamado "G20 agrícola", do qual o Brasil está à frente, lançado em comunicado no último domingo. Na prática, a solicitação para discutir e identificar "obstáculos" à negociação é um meio de pôr os EUA abertamente na berlinda. Washington, apesar das mudanças na Casa Branca, é identificado como o maior entrave não só pelos países emergentes como também por vários europeus e por funcionários de alto escalão da OMC (manifestações de empatia aos americanos vieram apenas da Índia).

Os EUA, por sua vez, exigem maior abertura dos mercados dos países em desenvolvimento e jogam a responsabilidade para os grandes emergentes. Ontem, seu titular do Comércio Exterior, Ron Kirk, voltou a citar Brasil, China e Índia. Também alfinetou, em entrevista coletiva, que "aqueles que esperam assumir um papel de liderança devem fazer mais". A OMC, como queriam os países-membros, até tirou Doha da agenda da reunião deste ano, em Genebra. Mas, como lhe negam um enterro formal, a rodada continua a assombrar ministros e negociadores. Lamy diz vislumbrar sua conclusão ainda em 2010, e dez entre dez ministros repisam essa urgência. Nos corredores do encontro, no entanto, a esperança propalada em plenário some, e o foco passa aos acordos bilaterais e plurilaterais.

**Sul-Sul**

Veio de um deles a maior notícia do evento em Genebra. Ontem, o Brasil, a Argentina e outros 20 emergentes oficializaram as bases de um acordo que haviam anunciado na semana passada para cortar em 20% as tarifas de importação sobre 70% dos produtos que comercializam entre si. A ideia é colocá-lo em vigor em setembro próximo, com vistas a uma revisão em dois anos para eventuais ajustes e ampliação. Não está claro se o documento terá endosso de todo o grupo (Mercosul, Argélia, Chile, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Sri Lanka, Vietnã e Zimbábue). Chile, além de Tailândia e México, são prováveis defecções. Mesmo assim, a Unctad estima que o corte possa inflar o comércio no chamado eixo Sul-Sul em US\$ 8 bilhões por ano, estimulando sobretudo a venda de produtos industrializados (juntos, os 22 países somam 16% da produção industrial mundial, ou US\$ 2,8 trilhões, na conta da Unctad).

**Reunião da OMC termina sem avanço** – Jamil Chade – Estado de São Paulo –  
Economia – 03/12-2009

A reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi concluída ontem sem uma agenda clara para concluir a Rodada Doha, com a credibilidade da entidade arranhada e uma apatia inédita na organização que serve como o centro do comércio mundial. O próprio diretor da entidade, Pascal Lamy, alertou que nesse ritmo as negociações dificilmente seriam concluídas em 2010.

Com o pior ano para o comércio em sete décadas, diplomatas indicaram que a OMC demonstrou que sofre para dar um novo resposta à crise. Todos os ministros garantiram que são contra o protecionismo e afirmaram que querem concluir a Rodada Doha até o fim de 2010. Mas não há um acordo nem agenda sobre como isso deve ocorrer.

Os dedos apontavam a administração Barack Obama como a responsável pelo impasse. “Sou o cara mais atacado nesse local”, disse ao Estado o representante de Comércio da Casa Branca, Ron Kirk. Emergentes, europeus e mesmo aliados estratégicos dos Estados Unidos acusaram Washington de estar pedindo novas concessões na abertura de mercados, sabendo que isso travaria o processo.

Kirk deixou claro que os americanos apenas aceitarão um acordo que signifique a criação de postos de trabalho nos Estados Unidos em setores exportadores. “O presidente Obama quer um acordo. Mas mesmo que abra comércio para exportações”, disse. “A questão é se há um compromisso político dos demais países.

Todos terão de tomar decisões difíceis, inclusive aqueles que querem liderar”, afirmou Kirk, em uma mensagem ao Brasil.

Para Amorim, os EUA estão fazendo é “desmontando” a rodada, ao pedirem mais liberalização de mercado.

Nos três dias de debates, o chanceler não apareceu e ontem nem esperou a conclusão do evento. Amorim interveio apenas na abertura do evento, na segunda-feira. Seu discurso durou três minutos. Mas foi forte suficiente para irritar os americanos.

O único acordo assinado foi entre o Brasil e cerca de 20 países emergentes para cortar em 20% as tarifas para produtos agrícolas e industriais entre eles.

Mesmo assim, não se sabe ao certo quais produtos serão liberalizados. Isso será decidido nos próximos dez meses. O projeto, batizado de Rodada São Paulo, foi lançado na capital paulista em 2004.

### **Brasil luta por uma causa perdida – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia – 03/12/2009**

É inútil, desnecessária e improdutiva essa discussão pública, em Genebra, entre o ministro das Relações Exteriores e o representante comercial dos Estados Unidos a respeito de Doha. Enquanto todos procuram um enterro digno, como ressaltou um negociador europeu, e se calam, o Brasil sai atirando sozinho.

A culpa do fracasso é só e unicamente dos EUA. Esquecemos que a União Europeia silencia porque concorda com o governo americano. Para eles, não há acordo se os países em desenvolvimento também não fizerem concessões.

Antes, eram exigências só para o setor industrial, mas agora incluem o agrícola.

Estão com seus armazéns lotados de trigo, soja, milho, leite. Precisam proteger seus produtores, mesmo que já estejam agraciados com subsídios generosos que levam anos de discussão na OMC.

Se quando cresciam a quase 5% os EUA e a UE não queriam nada, é evidente que também não vão querer agora que mal estão saindo da recessão. Para eles, o mercado interno é preferencial neste momento de crise; a prioridade é protegê-lo contra a competição externa que aumentaria ainda mais a taxa crescente de desemprego já próxima de 10%.

#### NÓS TAMBÉM

Para eles, não. Para nós, também. É inimaginável pensar que vamos reduzir tarifas de importação quando a indústria recua e vacila, quando apenas agora o mercado de trabalho age. As exportações de manufaturados para os EUA, em novembro, recuaram 43,7% em relação ao ano anterior, e 18% para o mundo. Neste ano só aumentaram para a China, mais 21,6%.

Mas isso porque eles só nos compram commodities como as agrícolas, de ferro e soja e nos exportam produtos industriais.

Não só isso, nos rouba Mercado aqui dentro, e no exterior. Dos EUA e até da Argentina. Só faltam o Paraguai e o Uruguai.

#### DESGASTAR, POR QUÊ?

Se antes, quando tudo estava bem não havia acordo, por que haveria agora?

Se essa é a realidade, para que se desgastar, discutir enquanto os nossos parceiros de “luta” se acomodam num mutismo conveniente e oportuno? O acordo de Doha está sendo debatido em vão há oito anos. E nessa reunião de Genebra que terminou ontem, só se buscava uma forma honrosa de enterrá-lo, como afirmou um dos quase 100 negociadores que acorreram com prazer a essa cidade tão agradável de lagos magníficos?

Por que não outra reunião, no próximo ano? Mas, por favor, depois do inverno. Doha morreu há pelo menos três anos só o Brasil, ninguém sabe por que, e a OMC, para sobreviver, acreditam nela.

#### MAS TEMOS QUE PROTESTAR!

Por quê? Se ninguém mais protesta com a nossa veemência que provoca atritos inúteis e dispensáveis? Nossa prioridade deve ser aumentar as exportações para quem nos importava mais até agora: Estados Unidos e União Europeia. Agora, a China chegou, mas é uma parceira incômoda. Importa 80% de matérias-primas e nos exporta outro tanto de produtos industrializados, que competem com os nossos, no País e no exterior.

Uma parceira no mínimo desconfortável e nada confiável.

E nossas exportações para o mercado americano praticamente estagnaram.

Não só isso, recuaram quanto à sua participação total: 2006–US\$24,7 bilhões, que equivaleram a 18% do total exportado pelo Brasil; 2007 –US\$ 25,3 bilhões, que equivaleram a 15,8% do total exportado pelo Brasil; 2008–US\$ 27,6 bilhões, que equivaleram a 14% do total exportado pelo Brasil.

Em 2009, até novembro, houve uma queda inadmissível de 43,7%!

“Um dos grandes desafios no ano que vem é retomar a presença brasileira em mercados importantes como os Estados Unidos, que ao longo de 2009, recuou 43,7%, afirmou Weber Barral, secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento. “Os Estados Unidos são uma das prioridades para o ministério em 2010, uma vez que nossas exportações para lá são majoritariamente de produtos industrializados de alto valor agregado.”

Não deixa de ser no mínimo estranho que seja exatamente com esse parceiro

commercial que o Itamaraty decidiu brigar em defesa de uma causa perdida...

#### EUROPA TAMBÉM

Em relação à União Europeia, o quadro é idêntico. Até outubro de 2009 (dados disponíveis), as exportações brasileiras para o mercado europeu foram compostas por 50% de produtos industrializados e 49,1% de básicos. Em relação a 2008, houve queda de 49,6% nas vendas de bens semimanufaturados, de 25% nas de manufaturados e de 26,2% nas de produtos básicos.

De novo, dados oficiais, do governo. É um cenário de distorções inaceitáveis, mas que estamos aceitando e agravando há anos. Por quê? ●

### **Emergentes avançam em corte tarifário enquanto Doha permanece paralisada -**

Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/12/2009

A credibilidade da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi erodida um pouco mais ontem com a falta de resultados de sua conferência de ministros, que não conseguiu sequer definir claramente uma nova reunião. A boa notícia veio em paralelo, com ministros de 21 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, Índia, Coreia do Sul e Egito, aprovando as bases de um acordo Sul-Sul para cortar em 20% tarifas de produtos agrícolas e industriais entre eles.

Mais de cem ministros que foram a Genebra insistiram que a Rodada Doha precisa ser acelerada, mas a resistência dos Estados Unidos persistiu. O máximo que os americanos admitiram foi uma "avaliação do estado geral da negociação de Doha" até março de 2010. Mas não houve decisão sobre se será entre ministros ou altos funcionários, o que muda sua dimensão. Washington não leva fé na iniciativa, achando que o caminho é barganha bilateral, por onde quer arrancar mais acesso para seus exportadores sem pagar contrapartida.

Em meio à frustração, lassidão e decepção, os ministros não conseguiram sequer repetir o que a OMC normalmente faz: marcar nova reunião. Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, acha que agora o prazo para saber se Doha pode fechar em 2010 é no fim de março. A questão será decidir congelar ou não Doha por algum tempo, para evitar maior perda de credibilidade. Pascal Lamy, porém, acha que há "progressos" e que 80% do pacote agrícola, industrial e de serviços está praticamente acertado.

Ron Kirk, o principal negociador dos EUA, se diz "mais pragmático". Repetiu as cobranças para Brasil, China, Índia e outros grandes emergentes fazerem concessões adicionais, insinuando que a resistência desses países estaria impedindo as nações pobres de se beneficiarem dos ganhos da rodada. Os EUA, por outro lado, não ofereceram nada.

Kirk voltou a atacar Amorim sem mencioná-lo. O ministro dissera que 152 dos 153 países da OMC apoiavam a conclusão rápida de Doha, só um não. "Não é verdade", retrucou ontem Kirk, citando justamente um parceiro brasileiro, a África do Sul, que não tem pressa para liberalizar. O americano rasgou elogios ao ministro indiano Anand Sharma, que por sua vez considerou "construtivas" as reuniões com o americano.

Doha ainda tem saltos de respiros em razão do esforço de Pascal Lamy. Mas ele foi obrigado a ver resultado concreto de negociação fora da OMC, liderada pelo Brasil e Argentina no âmbito da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o

Desenvolvimento (Unctad). A dimensão é menor do que uma Doha concluída, mas não é desprezível.

Ministros de 21 países deram o sinal verde para cortar 20% das tarifas em 70% do comércio na negociação Sul-Sul, com data para ser concluída em setembro de 2010. Os participantes respondem por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (cerca de US\$ 8 trilhões) e 15% do comércio internacional e têm um mercado conjunto de 2,6 bilhões de pessoas (38% da população mundial). Fazem 43% da produção agrícola mundial (US\$ 780 bilhões) e 16% da produção industrial (US\$ 2,8 trilhões), segundo dados divulgados pelo Brasil.

Os participantes do acordo foram o destino de 21% das exportações brasileiras - mais de US\$ 30 bilhões de dezembro de 2008 a novembro de 2009, segundo o Itamaraty. Mas o impacto para o país ainda precisará ser definido porque com alguns países, como os do Mercosul, a tarifa já é zero.

Ministros do Brasil, Argentina, Índia, Irã, Paraguai e Egito participaram de entrevista à imprensa, com idêntica mensagem: as nações em desenvolvimento, em meio à crise global, tomam a iniciativa para ampliar o comércio, mostrando que dá para ir além dos fiascos de Doha.

O Irã confirmou que continuará na negociação, depois de obter tratamento especial para cortar menos as tarifas. Já o México, de novo, não apareceu na reunião. O Chile continua hesitando em participar. A Tailândia tem problemas políticos, um ou dois asiáticos também são prudentes, mas todos continuarão acompanhando a negociação para decidir mais tarde se assinam o acordo. Oficialmente, participam o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Argélia, Chile, Cuba, Índia, Irã, Indonésia, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Sri Lanka, Tailândia, Vietnã e Zimbábue.

Para o diretor-geral da Unctad, Supachai Panitchpakdi, o aumento de comércio pode ser de US\$ 8 bilhões por ano com a redução de 20% nas tarifas aplicadas - o que é bem mais do que o corte em negociação na Rodada Doha. A expectativa de participantes como o Brasil é de que a liberalização possa ser maior, com negociações na base de ofertas e demandas no ano que vem. Dois anos depois, os países verão como ampliar a liberalização recíproca.

Outra negociação mais ou menos fechada é entre a União Europeia e países da América Latina produtores de banana. Mas com o cuidado sobre Doha: a tarifa na Europa cairá gradualmente de € 176 atualmente para € 114 até 2017 se Doha for bem sucedida até lá. Do contrário, a redução tarifária só será completada em 2019.

**Brasil quer garantia contra "protecionismo verde"** - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 10/12/2009

O Brasil quer uma cláusula específica que proíba protecionismo relacionado às mudanças do clima, mas os Estados Unidos, temendo perda de competitividade, preferem um texto mais vago e genérico. Este embate tem sido travado em uma das salas do Bella Center, em Copenhague, durante a CoP-15 e, em alguns rounds, envolve também a União Europeia. Fica claro que a discussão climática cada vez mais envolve aspectos econômicos.

Na terça-feira, quem ouvia os negociadores falarem no grupo de trabalho dos impactos da mitigação dos gases-estufa entendia que ali se discutia comércio internacional. O negociador brasileiro, Leandro Waldvogel, rebatia a posição dos delegados americanos que querem manter o artigo 3.5 da Convenção do Clima e não acrescentar nada mais a ele. "Não se pode transferir o custo da mitigação para outro país", dizia Waldvogel, interpretando o impacto da proposta americana.

Por esse artigo da Convenção do Clima (a UNFCCC, na sigla em inglês), "as medidas adotadas para combater a mudança do clima, inclusive as unilaterais, não devem constituir meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou restrição velada ao comércio internacional".

Os EUA querem manter este texto porque ele veta a discriminação "arbitrária e injustificável". O problema é que o argumento é subjetivo e os países ricos poderão dizer que suas eventuais tarifas de carbono contra produtos de países emergentes não são nem arbitrárias nem injustificáveis. É o chamado "protecionismo verde".

O Brasil acredita que nenhum país que assina a Convenção de 1992 deve adotar medidas comerciais unilaterais com o objetivo de combater a mudança do clima. Tais medidas comerciais, além disso, devem ser adotadas com consentimento mútuo, segundo a posição brasileira.

"Queremos evitar que este debate contamine a discussão do clima e fique no âmbito da OMC", disse Sergio Serra, um dos negociadores brasileiros. Quando isso não é possível, o Brasil assume uma posição defensiva: "Caso contrário, nossas exportações podem se complicar". Serra reforça, no entanto, que os produtos brasileiros são fabricados a partir de matriz energética limpa, o que reduz sua pegada de carbono e se traduz em vantagem competitiva.

Este debate, no entanto, avança pelos textos do acordo climático. A Europa, por exemplo, não cede na sua posição sobre o que fazer com as emissões da aviação. O bloco europeu quer uma regra global que envolva todas as empresas aéreas do mundo - e aí não importa se são de países desenvolvidos, com metas obrigatórias de redução, ou de países em desenvolvimento.

Os setores aéreo e marítimo respondem por cerca de 5% das emissões de gases-estufa. Esta é uma das matemáticas mais difíceis de serem computadas no acordo do clima. É fácil entender o motivo. Em um voo de uma companhia aérea francesa entre o Brasil e a Alemanha, as emissões são da companhia aérea, do Brasil ou da Alemanha? E quando o avião passa sobre o Atlântico?

A posição europeia é que todas as companhias aéreas sejam submetidas à mesma regra. E já avisa que, se isso não ocorrer, irá impor, a partir de 2012, às empresas estrangeiras medidas que as enquadrem nas mesmas condições que as suas. Poderia, por exemplo, fazer com que as empresas estrangeiras tenham que comprar permissões de emissão se quiserem voar para a Europa. Isto nada mais é do que uma taxa de carbono com outro nome.

Nos últimos meses, o termo "border tax" tem aparecido com mais regularidade. A taxa ou imposto de fronteira é uma expressão nova nessa discussão, que surge quando se discutem os impactos da lei de energia e clima dos Estados Unidos ou algumas medidas europeias. Trata-se de uma taxa de carbono que alguns países ricos querem impor a produtos de países em desenvolvimento que não adotarem metas de emissões.

"Já estamos muito alertas para que as medidas de proteção às mudanças climáticas, que são absolutamente legítimas, não se transformem em protecionismo disfarçado", disse Luis Alberto Figueiredo Machado, o chefe dos negociadores brasileiros. "Se um país industrializado começar a taxar o produto que importa de um



país longínquo porque houve emissão, isso poderá causar impacto na economia dos países exportadores." Segundo ele, alguns países africanos já estão sentindo esse efeito.

**Retaliação e compensação** – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009

O GOVERNO do Brasil encontra-se diante de um grande dilema decorrente da decisão da OMC (Organização Mundial do Comércio) publicada em 30 de agosto passado. Após sete anos de uma árdua disputa contra a maior economia do mundo, foi concedido ao país o direito de implementar medidas que compensem as perdas geradas pelos subsídios aos nossos produtores de algodão, mexendo com todo o modelo de subsídios dos Estados Unidos e colocando em xeque o sistema de regras comerciais coordenadas pela OMC. Como implementar tais medidas, dado que o objetivo central da disputa -adequar as políticas de subsídios agrícolas dos Estados Unidos às regras multilaterais do comércio- tem se mostrado difícil, mesmo com a condenação dessas práticas pela OMC? A decisão dá ao Brasil o direito de implementar US\$ 294,7 milhões em medidas retaliatórias e também estipulou um valor "gatilho" de US\$ 409,7 milhões a partir do qual o Brasil pode partir para a retaliação cruzada por meio da suspensão de compromissos e obrigações no acordo de comércio de serviços (Gats) e/ou no de propriedade intelectual (Trips). Esses cálculos foram feitos com base nos anos fiscais de 2005/2006. Estima-se que o valor total da retaliação autorizada, utilizando dados do ano fiscal de 2009, chegue a US\$ 900 milhões ou mais. Detalhe: o Brasil seguirá com o direito de fazer retalições até os EUA alterarem sua política de subsídios. O dilema ocorre pelo simples fato de que a imposição de barreiras comerciais a produtos agrícolas provenientes dos Estados Unidos não seria suficiente para alcançar os valores de retaliação autorizados pela OMC. A imposição de barreiras a bens industriais, por outro lado, pode ter um impacto negativo para os consumidores e vários setores da economia ou pode aumentar custos às empresas que operam no país com bens de capital e insumos industriais importados. Na mesma linha a retaliação de serviços ou propriedade intelectual é bastante difícil de ser implementada, além de poder impactar a estabilidade do ambiente de negócios no país. A grande questão é como praticar medidas que forcem os Estados Unidos a alterar suas políticas de subsídio agrícola sem instigar desequilíbrios em outros setores e na relação bilateral.

Uma forma de solução seria a combinação de medidas retaliatórias e compensatórias que tenham como foco primordial gerar benefícios para os cotonicultores e demais produtores rurais do Brasil. Essas medidas compensatórias, por sua vez, poderiam ser oferecidas tanto no formato de acesso a mercado nos Estados Unidos como por meio de algum tipo de compensação financeira, que poderia ser utilizada, por exemplo, para a criação de um fundo voltado à promoção de pesquisas e à promoção comercial dos setores interligados. Há precedentes desse tipo de acordo envolvendo disputas na OMC -portanto, há margens para sua implementação. Apesar da boa vontade do governo brasileiro em estudar formas alternativas de compensação, cabe aos Estados Unidos apresentar uma proposta que caminhe nessa direção. Ainda que o objetivo maior dos produtores agrícolas do Brasil seja a eliminação definitiva dos subsídios ilegais, no curto prazo as medidas compensatórias

poderiam amenizar as perdas causadas a boa parte do setor. É com grande ansiedade que os agricultores brasileiros aguardam um movimento dos EUA nessa direção.

---

**ROBERTO RODRIGUES**, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

[rr.ceres@uol.com.br](mailto:rr.ceres@uol.com.br)

**Concluir Doha ajudará recuperação** - Pascal Lamy – Valor Econômico – Opinião - 28/12/2009

O combate às mudanças climáticas não pode ser um pretexto para adotar medidas de restrição dissimulada ao comércio

A Sétima Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi concluída há algumas semanas em Genebra. Foi uma ocasião para os ministros refletirem sobre todos os aspectos de nosso trabalho, trocar ideias e dar orientações sobre as prioridades para os anos vindouros. A mensagem comum de todos foi a necessidade de fortalecer o sistema multilateral de comércio e, dessa forma, ajudar na recuperação da crise econômica.

A maneira mais imediata de fazê-lo seria concluir em 2010 as negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Não há um só dos ministros que estiveram em Genebra que não compartilhe o desejo de concluir o antes possível uma Rodada de Doha ambiciosa e favorável ao desenvolvimento. Isso constituiria um pacote de estímulo para a recuperação econômica mundial, para o desenvolvimento e a redução da pobreza. No primeiro trimestre do próximo ano, teremos de fazer um balanço do que for alcançado e do rumo e velocidade necessários para concluir a Rodada de Doha em 2010. Já foi percorrido 80% do trajeto. É possível salvar os 20% restantes, com trabalho duro e vontade política adequada.

A OMC, contudo, é algo mais do que um foro de negociação. A organização também é o guardião de um sistema de comércio que remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial. Os acordos que administramos contribuíram em grande medida para a prosperidade econômica e a estabilidade geopolítica dos últimos 60 anos, graças ao estabelecimento de normas que estimularam os governos a abrir suas economias, criando pontes, e não obstáculos, entre elas. Dessa forma, o comércio agora é 30 vezes maior do que na época e centenas de milhões de pessoas saíram da pobreza. Agora, temos de trabalhar para melhorar a aplicação desses acordos.

A atual crise econômica demonstrou a importância de um sistema baseado em normas. Embora o volume do comércio tenha queda de mais de 10% prevista para este ano, o protecionismo, em geral, ficou controlado. De acordo com nossas estimativas, não mais de 1% do volume de comércio mundial teria sido afetado por medidas protecionistas. As normas da OMC atuaram como um dispositivo de segurança contra o protecionismo, dissuadindo governos de impor restrições comerciais de alta intensidade,

que apenas teriam agravado a crise. Porém, temos de manter-nos vigilantes, porque o desemprego segue em alta e, com isso, as pressões protecionistas.

Uma administração eficaz de nosso sistema exige que os governos atuem com a maior transparência possível, notifiquem a seus interlocutores as mudanças em suas políticas comerciais e entreguem dados de maneira oportuna. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, que neste ano comemora seu 20º aniversário, também fez uma importante contribuição à transparência, por meio da vigilância das políticas dos membros da OMC e da evolução do sistema de comércio. Ao longo deste ano que acaba, elaboramos quatro informes sobre a forma como a crise econômica afetou as políticas comerciais. Esses informes permitiram aos governos ter uma visão precisa do que os outros estão fazendo, com o que se impediu qualquer possível tendência de exagerar a magnitude das medidas comerciais adotadas por outros países, enquanto, ao mesmo tempo, ficou claro que as medidas que eles adotassem seriam conhecidas por todos.

A resolução de divergências é outro elemento importante na administração dos acordos. A maioria dos observadores concorda que o sistema de solução de diferenças da OMC foi um dos mecanismos mais eficazes já criados para resolver as divergências comerciais entre países. Recentemente, o caso número 400 foi submetido ao Órgão de Solução de Controvérsias, o que prova a confiança de nossos membros nesse sistema notável.

Outra questão que examinamos durante a conferência ministerial e que continuará nos ocupando durante o próximo ano é a Ajuda para o Comércio. A participação ativa de tantos países no desenvolvimento da Rodada de Doha aumentou a credibilidade e equidade de nosso processo. Um número muito maior de países compreende agora as oportunidades que podem surgir para eles com uma maior abertura do comércio. Porém, para aproveitar essas oportunidades, para participar mais ativamente no comércio mundial, esses países precisam aumentar sua capacidade de produção e aperfeiçoar a infraestrutura de transporte, energia e comunicações, assim como receber uma formação que permita a seus produtores encontrar novos mercados de exportação. Precisam da Ajuda para o Comércio. Nesta conferência, surgiu o compromisso, por parte de governos e instituições internacionais, de manter a ajuda destinada a esse fim, apesar do contexto de recessão mundial.

Não podemos ser realmente a Organização "Mundial" do Comércio enquanto existam países comerciantes que não sejam membros. Atualmente, há 28 países em processo de adesão à OMC, dos quais dez são países menos adiantados. Em 2010, continuaremos trabalhando para acelerar a entrada na OMC de países que ainda negociam a adesão, de forma que a família de membros da instituição possa se fortalecer graças a sua universalidade.

Assim, o novo ano chega com uma agenda de trabalho carregada, que busca respostas conjuntas para a necessidade de um comércio mundial maior e melhor. Do mesmo modo, a cúpula do clima em Copenhague procurou respostas comuns contra a deterioração de nosso ambiente. A OMC acompanhou essa reunião com grande atenção. Nossa mensagem quanto a isso foi simples: o sistema multilateral de comércio não atuará como uma barreira na luta contra as mudanças climáticas e, em particular, contra a conclusão de um acordo ambiental mundial, que é tão necessário. O combate às mudanças climáticas, no entanto, não pode ser um pretexto para adotar medidas que constituam uma discriminação injustificável ou arbitrária ou uma restrição dissimulada do comércio internacional. Comércio e ambiente podem e devem apoiar-se mutuamente.

**Pascal Lamy é diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).**

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do Desenvolvimento Agrário

